



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 13 • 29/04 a 05/05/07 • ISSN1809-6182

Resenhas

01/05/2007 - Ajuda de países membros da OCDE aos países pobres sofre redução p.01

De acordo com relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, no ano de 2006, seus membros reduziram as doações feitas aos países em desenvolvimento em 5,1% em relação ao ano anterior.

03/05/2007 - Processo de redemocratização tailandês p.04

O Comitê Constituinte apresentou a versão preliminar do que será a nova Constituição da Tailândia. A apresentação se dá em um momento no qual o país se encontra desestabilizado internamente, seja pelos conflitos nas províncias do sul, seja pela fragilidade da democracia do país.

04/05/2007 - Democracia romena enfrenta sua primeira grave crise política p.07

Em 19 de abril de 2007, por supostas infrações à Constituição Nacional, o Parlamento da Romênia afastou o presidente Traian Basescu de suas funções. Com o apoio de cerca de 40% dos eleitores romenos, e com o respaldo do Tribunal Constitucional, Basescu se submeterá, em quinze dias, a um plebiscito para a oficialização de seu afastamento.

04/05/2007 - União Européia completa cinquenta anos p.10

A União Européia completou cinquenta anos no dia 25 de março de 2007. Para comemorar a ocasião, o Conselho Europeu elaborou a Declaração de Berlim, sobre o futuro da União Européia.

Ajuda de países membros da OCDE aos países pobres sofre redução

Resenha
Desenvolvimento

Lígia Franco Prados Mello
01 de maio de 2007

De acordo com relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, no ano de 2006, seus membros reduziram as doações feitas aos países em desenvolvimento em 5,1% em relação ao ano anterior.

De acordo com dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a ajuda dos países desenvolvidos aos países pobres sofreu uma redução em 2006. Os 22 países membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento doaram, em 2006, US\$ 103,9 bilhões, o que corresponde a 5,1% menos que o valor doado em 2005. Essa redução, no entanto, já era prevista pela Organização, uma vez que a assistência oficial ao desenvolvimento (ODA - sigla em inglês), em 2005, foi alta, US\$ 106,8 bilhões.

Histórico e Estrutura da OCDE

A OCDE é uma organização internacional criada em 30 de setembro de 1961, que sucedeu a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OEEC - sigla em inglês), criada para administrar a ajuda dos Estados Unidos e do Canadá, durante o Plano Marshall, no processo de reconstrução da Europa que se seguiu à 2ª Grande Guerra. A estrutura atual da OCDE conta com 30 países¹, e tem por

objetivo reforçar a economia dos países membros, promover a economia de mercado, melhorar sua eficácia, desenvolver um sistema de trocas livres e contribuir para o desenvolvimento e industrialização de todos os países membros.

Depois de mais de quatro décadas trabalhando nesse sentido, a OCDE tem mudado o foco dos 30 países membros para oferecer sua ajuda a mais de 70 países que são economias emergentes.

Segundo a própria Organização, este é o único fórum em que os governos de 30 democracias de mercado trabalham juntas para atender as mudanças econômicas, sociais e de governança trazidas pela globalização, além de trabalhar para explorar as oportunidades criadas por esse processo.

As tomadas de decisões dentro da Organização são garantidas por um Conselho. Ele conta com um representante de cada país membro, mais um representante da Comissão Europeia e

¹ Alemanha (1961), Austrália (1971), Áustria (1961), Bélgica (1961), Canadá (1961), Coreia do Sul (1996), Dinamarca (1961), Eslováquia (2000), Espanha (1961), Estados Unidos (1961), Finlândia

(1969), França (1961), Grécia (1961), Hungria (1996), Irlanda (1961), Islândia (1961), Itália (1962), Japão (1964), Luxemburgo (1961), México (1994), Noruega (1961), Nova Zelândia (1973), Países Baixos (1961), Polônia (1996), Portugal (1961), Reino Unido (1961), República Checa (1995), Suécia (1961), Suíça (1961) e Turquia (1961).

promove encontros regulares nos quais as decisões são tomadas por consenso. Anualmente, esse Conselho se encontra para discutir, em nível ministerial, os temas relevantes e as prioridades nas quais a OCDE deve se apoiar. O que for decidido pelo Conselho é levado ao Secretariado da organização.

O Secretariado, por sua vez, é presidido por um Secretário Geral, atualmente Angel Gurría, e conta com quatro assessores chamados de deputados. O Secretário Geral também preside o Conselho, representando o principal elo entre as delegações nacionais e o secretariado.

Existem, atualmente, na estrutura da OCDE 200 comitês. O principal é o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC - sigla em inglês), que trata da cooperação com países em desenvolvimento. O DAC é um fórum para a ampliação das políticas e programas de doadores nesses países.

Uma equipe, de aproximadamente 2000 pessoas, composta por economistas, advogados, cientistas e outros profissionais, trabalha no Secretariado de Paris dando suporte às atividades dos Comitês.

Por mais de quarenta anos, a OCDE tem sido uma das mais amplas e confiáveis fontes para comparação de dados estatísticos, econômicos e sociais. Sua base de dados conta com uma diversidade de informações sobre indicadores econômicos, comércio, emprego, migração, educação, energia, saúde e meio ambiente.

Último relatório da OCDE

De acordo com os dados da Organização, dos 22 países que compõem o DAC, 16 cumpriram os objetivos estabelecidos durante a Conferência de Monterrey², em

² A Conferência de Monterrey aconteceu em março

2002. Os objetivos dessa conferência respaldam a Organização das Nações Unidas (ONU) na implementação das metas acordadas internacionalmente na Declaração do Milênio, também conhecidas como Metas do Milênio. Entre esses objetivos estão: a erradicação da extrema pobreza e da fome, redução da mortalidade infantil, combate a Aids, malária e outras doenças, além de estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Para auxiliar no cumprimento das Metas do Milênio, o DAC propôs durante a Conferência de Monterrey, que os países membros da OCDE, doassem de acordo com a meta da ONU, 0,7% do seu Produto Nacional Bruto (PNB)³. Os únicos países a alcançarem ou excederem esse valor foram Suécia, Luxemburgo, Noruega, Holanda e Dinamarca. Espanha, Grécia, Itália, Portugal, Japão e Noruega nunca cumpriram os objetivos da ODA.

O total doado em 2006, foi de US\$ 103,9 bilhões, o que representa 0,3% do Produto Nacional Bruto (PNB) de todos os membros. Os Estados Unidos e a Suécia foram, em valores absolutos, os países que fizeram as maiores doações. Os Estados Unidos doaram um total de US\$ 22,739 bilhões, mas esta cifra corresponde a apenas 0,17% de seu PNB e 20% a menos do que o país doou no ano de 2005. Já a Suécia doou US\$3,967 bilhões, o que corresponde a 1,03% de seu PNB.

de 2002, na cidade de Monterrey, México, convocada pelas Nações Unidas, na qual foram abordadas questões-chaves para o desenvolvimento mundial e seu financiamento. Uma característica sem precedentes da Conferência foi a participação ativa do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio, assim como de representantes da sociedade civil e do setor privado. Esta Conferência integrou de maneira definitiva as organizações não governamentais, no âmbito do financiamento e da cooperação internacional ao desenvolvimento.

³ Ver Glossário - Conjuntura Internacional.

Dos US\$103,9 bilhões doados, US\$ 19,2 bilhões correspondem ao perdão de dívidas, especialmente do Iraque e da Nigéria. Por esse motivo, a Federação das Organizações Não Governamentais (ONGs) européias acusou os países membros da DAC de maquiar os cálculos sobre a cooperação econômica.

Realmente, quando feita uma análise preliminar, a ajuda bilateral dos países da DAC para a África Subsaariana elevou-se 23% em termos reais, algo em torno de US\$ 28 bilhões. Entretanto, a maior parte do aumento corresponde ao perdão de dívidas. Quando excluído o perdão da dívida nigeriana, a ajuda à África Subsaariana cresceu apenas 2%.

O porta-voz do comissário da União Européia, Louis Michel, afirmou, que “Não se trata de uma distorção dos números, isso está de acordo com as regras”. E, de acordo com os princípios da OCDE, cada país pode destinar seu dinheiro a causas para as quais se sente especialmente vinculado.

Acredita-se que em 2007, ocorra uma nova redução das doações. Principalmente, depois que o perdão da dívida iraquiana e nigeriana acabarem.

Segundo o último relatório da Reunião do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) do dia 15 de abril de 2007, presidida pelo atual presidente da OCDE, Angel Gurría, a tendência a partir de agora é de que os perdões de dívida declinem, com a diminuição das mesmas. Entretanto, outras formas de ajuda devem aumentar substancialmente a partir de 2008. A Austrália, por exemplo, já anunciou que irá dobrar o valor de suas doações até 2010, o Japão também demonstrou que pretende aumentar a ajuda. As atuais taxas de assistência ao desenvolvimento devem triplicar nos próximos 4 anos, para que se possa atingir os objetivos da Organização até o ano de 2010.

Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Deutsche Welle

<http://www.dw-world.de>

Folha Online

<http://www.folha.uol.com.br>

OECD

<http://www.oecd.org/>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Processo de redemocratização tailandês

Resenha
Segurança

Raphael Rezende Esteves
3 de maio de 2007

O Comitê Constituinte apresentou a versão preliminar do que será a nova Constituição da Tailândia. A apresentação se dá em um momento no qual o país se encontra desestabilizado internamente, seja pelos conflitos nas províncias do sul, seja pela fragilidade da democracia do país.

Foi apresentada no dia 17 de abril de 2007 a versão preliminar da primeira constituição tailandesa desde o golpe de Estado ocorrido em 2006. A versão apresenta tem aspectos controversos que geraram forte oposição à mesma, tais como o fim das eleições para senador e a indefinição quanto à religião nacional.

O Comitê Constituinte¹, após terminar a elaboração desta versão preliminar da Constituição, enviou a mesma à Assembléia Constituinte, bem como a outros 12 órgãos públicos da Tailândia. A Assembléia Constituinte, composta por 100 membros indicados pela junta militar, tem 30 dias para apreciação do conteúdo da versão, sendo que, neste período, existe a participação da população e dos órgãos públicos tailandeses para apresentação de suas demandas e sugestões de alteração. Encerrado esse prazo, as sugestões serão enviadas ao Comitê Constituinte que, após um período de emendas à versão preliminar e consultas à sub-comitês da Assembléia Constituinte, apresentará a segunda versão em 10 de junho.

O Governo Interino do país planeja, após

a divulgação da segunda versão pretende realizar, em setembro de 2007, um referendo popular, para verificar a aprovação da Constituição.

A presente situação política da Tailândia é fruto de um golpe de Estado ocorrido em 19 de setembro de 2006, contra o governo de Thaksin Shinawatra, eleito pela segunda vez para o cargo de Primeiro-Ministro. Embora Thaksin tivesse conseguido considerável apoio popular, e lhe garantiu, inclusive, a reeleição ao cargo de primeiro-ministro. Seu governo foi marcado, segundo a junta militar responsável pelo golpe, por “forte corrupção, abuso de poder, falta de integridade, interferência no sistema de divisão dos poderes, violações de direitos humanos e violação da unidade da população.”. Sobre Thaksin pesou principalmente a maneira violenta com que lidou com grupos separatistas ao sul do país e a venda de uma grande empresa de telecomunicações tailandesa. A transação foi percebida como negativa devido ao fato de colocar uma importante empresa nacional sob o controle de um grupo de Singapura [Ver: [Eleições parlamentares ocorrem na Tailândia em meio à crise política](#)].

Dessa forma, um grupo militar, liderado pelo General Sondhi Boonyaratkalin, aproveitando-se de uma visita de Thaksin,

¹ Órgão composto por 35 indivíduos, apontados pelo grupo militar responsável pelo golpe em setembro de 2006, incumbidos da elaboração da Constituição da Tailândia.

então Primeiro-Ministro, à sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, tomou o poder na Tailândia, em um golpe sem feridos ou mortos. Foi convidado a assumir como Primeiro-Ministro o também General, Surayud Chulanont.

Após assumirem o poder, os militares outorgaram uma Constituição que seria de curta duração, até outubro de 2007, quando ocorreriam novas eleições legislativas. Esta além de designar os órgãos responsáveis pela elaboração da nova Constituição, concentra, obviamente, o poder no Executivo.

Surayud assumiu o poder adotando uma postura diferente no que diz respeito aos grupos ao sul do país, que vem utilizando sistematicamente a violência. Expressão de um embate que já dura três anos. O sul do país, com grande concentração de muçulmanos, encontra-se em um contexto de disseminada violência entre muçulmanos e budistas. Estimativas apontam para a morte de 2.000 cidadãos neste conflito.

A Tailândia é um país no qual a grande maioria da população segue a religião budista (94,6%), com uma minoria muçulmana (4,6%) e cristã (0,7%). Nas províncias ao sul do país, Pattani, Yala e Narathiwat, onde a população muçulmana representa uma parcela mais significativa da população (80%), apareceram movimentos que sinalizam a busca pela separação daquele país, majoritariamente budista.

Durante o governo de Thaksin, a força foi utilizada constantemente, como forma de conter o ímpeto dos combatentes ao sul do país que não resultou em sucesso na resolução do conflito.

Surayud inicia seu mandato com importantes mudanças no que se refere a este conflito. Primeiramente, em um ato inédito, reconheceu o contexto de alta tensão como fruto de injustiças históricas e, a partir de uma resolução pacífica do conflito, buscaria sanar as causas dessas

injustiças. O Primeiro-Ministro também pediu desculpas à população do Sul, devido às injustiças e os abusos sofridos no passado, principalmente os perpetrados pelo governo anterior, bem como considerou a possibilidade de conceder anistia aos envolvidos nos embates.

Todavia, a alteração na abordagem da questão não representou sucesso no trato do conflito, que foi fortemente agravado. Com isso, a popularidade do governo caiu progressivamente, ao passo em que Thaksin voltou a ter níveis razoáveis de aprovação. O pedido de desculpas, além disso, não foi considerado apropriado por grande parte da população, gerando vários protestos. As investigações e o combate à corrupção, característica do governo anterior, não apresentavam resultados expressivos, o que minou ainda mais o apoio da população.

A versão preliminar da nova Constituição acabou por complicar de forma mais acentuada a situação política da Tailândia. Primeiramente, foi acusada de ser menos democrática que a anterior ao golpe, promulgada em 1997. A nova Constituição altera o número de cadeiras nas duas câmaras do poder legislativo, de forma que a Casa dos Representantes² passaria de 500 cadeiras para 400, e o Senado passaria de 200 cadeiras para 160. Essas alterações vêm acompanhadas do fim da eleição para senadores, que serão escolhidos pela Comissão Eleitoral³.

Essa escolha dos senadores tem como objetivo evitar a repetição de medidas adotadas no governo anterior, que se valeu de subornos aos parlamentares para

² Equivalente à Câmara dos Deputados, no sistema político brasileiro.

³ Comissão apontada pelo rei da Tailândia, composta por um presidente e cinco diretores. Segundo a versão preliminar da Constituição tailandesa, essa Comissão tem como funções controlar e organizar as eleições dos deputados, senadores, membros das administrações e assembleias locais.

promover grandes abusos de poder.

O mandato do Primeiro-Ministro, de acordo com a nova proposta, seria reduzido para 4 anos (em comparação com o período de 5 anos de acordo com a Constituição antiga), podendo ser renovado apenas por mais uma vez (não existia limite anteriormente).

Em consonância com a proporção da população que segue a religião budista, existem consideráveis pressões quanto à inclusão na Constituição do Budismo como a religião nacional da Tailândia. Nos termos em que se encontra atualmente, a Constituição coloca que a Tailândia oferece proteção a todos os credos, sem identificar uma religião nacional. Isso gerou um protesto com mais de 3.000 monges em frente ao Congresso Nacional, no dia 25 de abril de 2007. Outro grupo de monges, utilizando-se de nove elefantes, realizou, no mesmo dia, uma marcha de oito horas até Bangkok, partindo da província central de Nakhon Pathom.

Em decorrência de atrasos no planejamento oficial do Governo Interino, as eleições legislativas programadas para outubro só serão realizadas em dezembro de 2007, caso a Constituição seja aprovada no tempo previsto.

A nova Constituição deverá lidar com o atendimento das demandas populares, ao mesmo tempo em que se preocupa com o não agravamento de problemas atuais no país. Uma das críticas feitas é justamente a inexistência de uma legislação que dificulte a utilização indevida de recursos públicos. Dessa maneira, apresentados alguns dos problemas com os quais a Tailândia tem que lidar, caberá ao novo governo a estabilização do país, sustentado pela ordenação interna que a Constituição lhe garantirá.

Referência

Sites:

Bangkok Post

<http://www.bangkokpost.net>

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

International Herald Tribune

<http://www.iht.com>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

Ver também:

05/04/2006 - [Eleições parlamentares ocorrem na Tailândia em meio à crise política](#)

Democracia romena enfrenta sua primeira grave crise política

Resenha
Segurança

Andre Klausing
04 de maio de 2007

Em 19 de abril de 2007, por supostas infrações à Constituição Nacional, o Parlamento da Romênia afastou o presidente Traian Basescu de suas funções. Com o apoio de cerca de 40% dos eleitores romenos, e com o respaldo do Tribunal Constitucional, Basescu se submeterá, em quinze dias, a um plebiscito para a oficialização de seu afastamento.

Em 19 de abril de 2007, por meio de uma decisão contestada por milhares de pessoas, o Parlamento da Romênia afastou o presidente Traian Basescu por supostas infrações à Constituição Nacional.

A oposição ultranacionalista, constituída pelo Partido Conservador e pelo Partido Grande Romênia, associada ao Partido Social-Democrata, apresentou ao Congresso, através de 182 senadores e deputados, o pedido de afastamento de Basescu. Em um contexto, no qual húngaros e liberais não se alinharam a nenhuma das partes, restando a Basescu o apoio do seu partido (o Partido Democrata) e o apoio dos dissidentes liberal-democratas. A solicitação de afastamento auferiu 322 votos favoráveis e 108 votos adversos, somados a 10 abstenções.

Traian Basescu, eleito em 2004 ao comprometer-se com o combate à corrupção e à presença de comunistas no governo romeno, não assistiu à sessão parlamentar que resolveu por seu afastamento, por considerá-la inconstitucional. Um dia antes da decisão dos congressistas, o então presidente da Romênia acusou o Congresso de ameaçar a recente democracia romena, e assegurou

renunciar ao cargo caso fosse afastado. Contudo, após a decisão, Basescu optou por não mais renunciar à Presidência.

O líder social-democrata e ex-ministro das Relações Exteriores, Mircea Geoana, considerou a resolução do Congresso romeno uma “vitória da democracia”. Segundo ele, Basescu constitui “um projeto político que fracassou. É incapaz de levar o país adiante.”

O Primeiro-Ministro Calin Popescu-Tariceanu, do Partido Liberal, afirmou ter aguardado a renúncia de Basescu, conforme anunciado por este. Afirmou, também, que a decisão por seu afastamento foi constitucional e legítima. “O Estado de direito funciona e as instituições são sólidas. A Romênia é governada e governável.”, disse.

Imediatamente após a decisão parlamentar, um ato a favor de Basescu, reunindo milhares de pessoas, aconteceu na Praça da Universidade de Bucareste. “Uma coalizão política, baseada em interesses econômicos, venceu a Constituição e o povo romeno, que elegeu seu presidente.”, declarou o Partido Democrata.

Segundo os partidários de Basescu, a decisão do Congresso Nacional seria “um

acerto de contas, um golpe de Estado disfarçado com a máscara da democracia.". O combate à corrupção, assumido por Basescu, assim como sua oposição ao comunismo e sua busca por excluir do governo ex-agentes da *Securitate* (a polícia política da ditadura comunista romena) seriam os verdadeiros motivos que determinaram a "união dos partidos contra o Presidente".

"Farei o que acho que é o melhor para a Romênia.", disse Basescu em meio à multidão que, com bandeiras romenas e européias, entoava o hino nacional.

Plebiscito

Diante da crise política, o Tribunal Constitucional nacional, em parecer de caráter consultivo, asseverou que Basescu não infringiu a Constituição, não cometeu abuso contra as instituições do Estado ou contra os direitos humanos e não incorreu em alta traição.

Caso Basescu optasse por renunciar à Presidência após seu afastamento, um novo processo eleitoral deveria ser convocado em três meses. Contudo, como a renúncia não aconteceu, um plebiscito sobre sua destituição definitiva há de ser constituído. A Constituição romena decreta que o Parlamento demande, em até 30 dias, um plebiscito para a oficialização do afastamento.

O social-democrata Nicolae Vacaroiu, que assume interinamente a presidência, proclamou o plebiscito para 20 de maio de 2007. "Não estou muito feliz por assumir este cargo, pois é uma situação extremamente difícil para a Romênia.", disse Vacaroiu.

Ex - primeiro ministro durante o segundo mandato de Ion Iliescu (1992 - 1996), Vacaroiu disse que, durante sua presidência interina, agirá de forma "ativa dentro dos limites da Constituição.". Com 63 anos, Vacaroiu é economista e atual presidente do Senado romeno.

Segundo a Constituição romena, a sanção ao afastamento de Basescu está condicionada à maioria dos votos de todos os eleitores do país, algo improvável dado o histórico de baixa participação dos romenos em plebiscitos. Entretanto, a quinze dias do plebiscito em questão, o Tribunal Constitucional da Romênia aprovou uma emenda à lei que condiciona o afastamento permanente de um chefe de Estado apenas à maioria dos votos dos eleitores que se apresentarem às urnas. Emenda que, portanto, aumenta a possibilidade de ratificação popular da decisão do Congresso Nacional.

"A decisão do Tribunal Constitucional não se comenta.", disse Basescu. "A melhor solução para a Romênia é a minha participação no referendo (...) o correto é colocar o interesse nacional em primeiro lugar, e isso requer estabilidade.".

União Européia

A Romênia, estado ex-comunista de 22 milhões de habitantes, ingressou na União Européia há apenas três meses, sob condições como o combate à corrupção e a reforma de todo o sistema judiciário.

A crise política preocupa Bruxelas. Analistas europeus atribuem a instabilidade à disputa particular entre Basescu e o Primeiro-Ministro Popescu-Tariceanu. Em 2006, ao rejeitar uma proposta presidencial para a antecipação das eleições romenas, o primeiro-ministro buscou angariar apoio político declarando-se contra a presença militar romena no Iraque, decidida por Basescu em apoio aos Estados Unidos.

Alguns meses depois, Popescu-Tariceanu exonerou o Ministro das Relações Exteriores, aliado de Basescu, e acusou o então presidente de fraudar acordos energéticos firmados com empresas multinacionais.

A despeito da crise, a economia nacional cresce após o ingresso do Estado na União Européia. Em 2006, o recorde de

investimentos alemães na Romênia foi responsável por expandir o PIB em 7,7%.

Traian Basescu é o primeiro chefe de estado a ser afastado na Romênia. Em 1994, a oposição democrata-cristã buscou, sem sucesso, suspender o ex-presidente social-democrata Ion Iliescu.

Referência

Sites:

Ministério das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha

<http://www.auswartiges-amt.de>

Presidência da União Européia

<http://www.eu2007.de>

BBC

<http://www.bbc.com>

CNN

<http://www.cnn.com>

Deutsche Welle

<http://www.deutschewelle.de>

União Européia completa cinquenta anos

Resenha
Integração Regional

Celeste Cristina Machado Badaró
4 de maio de 2007

A União Européia completou cinquenta anos no dia 25 de março de 2007. Para comemorar a ocasião, o Conselho Europeu elaborou a Declaração de Berlim, sobre o futuro da União Européia.

No dia 25 de março de 2007, completou-se cinquenta anos da assinatura do Tratado de Roma no dia 25 de março de 1957, considerado o nascimento da União Européia (UE) [Ver também: [União Européia: histórico](#)]. No mesmo dia, o Conselho Europeu, órgão composto pelos Chefes de Estado de cada país [Ver também: [União Européia: estrutura institucional](#)], aprovou a Declaração de Berlim, sobre o futuro da UE.

A Declaração de Berlim reafirma os princípios que regem a integração européia, reconhece o que considera os maiores desafios para a UE e reitera a importância da união entre seus membros para enfrentar esses desafios. A declaração foi criticada, inclusive por membros do Parlamento Europeu, por ser uma espécie de “resolução fantasma”, já que não deixa diretrizes claras sobre quais devem ser as ações do Parlamento nem das demais instituições da UE.

O documento coloca como princípios para a integração européia o reconhecimento dos direitos de cada indivíduo; a busca pela paz e prosperidade através da democracia e cooperação, e o relacionamento democrático entre os Estados-Membros e as instituições da UE.

Como desafios, a declaração coloca a crescente interdependência das economias européias ao resto do mundo, que seguem

um modelo diferente do seu, afirmando a necessidade de se expandir o “modelo europeu”, que, segundo a declaração, alia progresso econômico a justiça social. Na área de segurança, o Conselho cita os problemas que perpassam fronteiras, quais sejam: “terrorismo, crime organizado e imigração ilegal”. Ainda sobre segurança, afirma novamente os direitos civis individuais, e que o racismo e xenofobia não serão tolerados. Outro desafio colocado pela declaração é o papel que a Europa deve desempenhar no resto do mundo. De acordo com a declaração, a UE deve estar comprometida com a resolução pacífica de conflitos e com o fim da pobreza. Por fim, as mudanças climáticas e a busca por novas fontes energéticas também são vistos como problemas para a UE.

Finalmente, a declaração do Conselho Europeu reafirma o compromisso de consolidar a União internamente, e levar a democracia e estabilidade para fora de suas fronteiras. Para tanto, o Conselho conta com a participação de seus membros.

Ao mesmo tempo em que se mostra comprometida com a cidadania européia, a declaração também reafirma o papel dos Estados-Membros em suas ações. Assim, o documento não deixa transparecer se considera a UE uma instituição

supranacional ou interestatal¹.

Essa ambigüidade da declaração está relacionada com a forma como foi feita. Os membros da UE têm opiniões muito diferentes sobre qual deve ser o destino da Europa e qual é o seu papel. Para conseguir chegar a um rascunho de declaração que seria aprovado por todos os membros do Conselho, foi preciso escrever um documento que abarcasse os diferentes posicionamentos dos Estados-Membros. Assim, a Declaração de Berlim mostra que, em seu quinquagésimo aniversário, a UE apresenta dissonâncias internas.

Há quem, inclusive, afirme que a UE se encontra paralisada desde que França e Holanda votaram contra a Constituição Européia. Na verdade, desde o início a UE foi marcada pelas diferentes visões que seus principais membros têm sobre qual deve ser o seu papel. Segundo François D'Arcy, cientista político francês especializado em integração européia, a Alemanha defende que a UE deve ser uma espécie de federação, um grande Estado para gerir a Europa, permitindo um grau menor de autonomia aos Estados-Membros. Já o Reino Unido prefere que a UE interfira o mínimo possível na soberania de seus membros, defendendo um modelo mais interestatal. A França, por sua vez, prefere um meio-termo, uma federação de Estados-nações. Essas diferentes posições se refletem no posicionamento de cada um com relação à Constituição: o Parlamento alemão já aprovou, o povo francês votou "não" em um referendo popular, enquanto o Reino Unido nem colocou a Constituição

Européia em sua agenda política doméstica [Ver também: [A vitória do "não" nos referendos populares francês e holandês](#)].

A questão da heterogeneidade entre os membros ainda é agravada pela entrada dos novos países. Os associados que entraram depois de 2004² têm uma história política diferente da Europa Ocidental, com recentes passagens por regimes ditatoriais, além de que vários deles acabaram de sair de uma economia planejada. Assim, as diferentes visões e opiniões só tendem a aumentar entre os membros.

Outro ponto de discórdia entre os países da UE, e também uma das maiores críticas externas que ela recebe, é a Política Agrícola Comum (PAC). Alvo de vários questionamentos da Organização Mundial do Comércio (OMC), a PAC é defendida com tenacidade por alguns membros e deve ser extinta na opinião de outros. Ela foi criada no Tratado de Roma, com o objetivo de garantir renda aos agricultores e proteger a UE de crises de abastecimento, e se caracteriza por pagamentos aos produtores rurais e regulação de preços. A ajuda aos produtores agrícolas dada pela UE é muito bem vista por associados como a França, que defendem que é preciso garantir a segurança alimentar, além de garantir a existência de um campesinato, mesmo que ineficiente economicamente, por razões culturais. Já outros membros, em especial o Reino Unido, querem acabar com esse programa que consome 40% dos recursos da UE em um setor que só contribui com 4% de seu PIB [Ver também: [Questões para o futuro próximo da União Européia: o desconto britânico e a política agrícola](#)].

Outra polêmica na UE são os fluxos

¹ Uma organização supranacional é formada por instituições que independem dos governos de seus membros. Assim, o Parlamento europeu, formado por membros eleitos pelos cidadãos europeus, é uma instituição supranacional. Já uma organização supranacional deve responder aos governos nacionais; desse modo, os Estados não cedem nem um pouco de sua soberania à instituição. O Conselho Europeu, formado pelos Chefes de Estado de cada país, é interestatal.

² Em 2004, entraram na UE Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca. Em 2007, Bulgária e Romênia passaram a fazer parte da UE.

migratórios. Há os países que têm taxa de crescimento demográfico baixas, precisando dos fluxos imigratórios para manter a demanda por trabalhadores. Há membros que sofrem com taxas de desemprego altas, o que pode piorar com a chegada de migrantes. Por último, os integrantes menos desenvolvidos, principalmente aqueles que entraram nas últimas expansões da UE, são o lugar de origem dos migrantes que chegam às economias mais desenvolvidas da UE. Além de aspectos demográficos, os fluxos migratórios são polêmicos devido à dificuldade que os imigrantes têm para se integrar ao país de destino, devido ao aumento do racismo e da xenofobia, que acontece mesmo naqueles países que precisam de fluxos migratórios. Assim, a questão da imigração e da xenofobia, abordada em apenas uma frase na Declaração de Berlim³, é muito importante na UE, e está longe de haver um consenso entre os membros sobre como ela deve ser abordada.

No entanto, mesmo que a UE ainda não seja tão coesa como deveria ser idealmente, houve vários avanços em seus cinquenta anos de história. É, inclusive, difícil pensar qual deve ser o grau de homogeneidade entre seus membros, já que não há parâmetros para comparação: a UE é uma experiência inédita. Assim, as diferenças de posição dentro do bloco podem ser consideradas apenas como percalços naturais durante um processo de integração tão avançado como é a UE⁴.

Além disso, apesar de a integração política andar a passos tímidos, a integração econômica européia está bastante avançada. Já se alcançou um mercado

comum europeu, com mobilidade de mercadorias e trabalhadores, além de uma moeda única. A mobilidade de mercadorias é garantida pela ausência de tarifas e outras barreiras no comércio interno, e a de trabalhadores, pela não-obrigatoriedade de visto para trabalho entre os países europeus e pelo reconhecimento mútuo dos diplomas das instituições de ensino de cada país. O euro, moeda única da UE, constitui um grau muito alto de coordenação, já que supõe uma unificação das políticas monetárias de todos as economias que adotaram a moeda única⁵. A política monetária dos países que adotaram o euro passou a ser de responsabilidade do Banco Central Europeu. Isso representa uma cessão de soberania de Estados a uma organização internacional inédita até então.

Ao avaliar os cinquenta anos da União Européia, deve-se, então, considerar não apenas os problemas de coesão que ela enfrenta. É preciso também reconhecer a importância dessa iniciativa pioneira, e se levar em conta que muito já foi alcançado, principalmente na integração econômica, que estabeleceu uma moeda única forte, que quase alcança o dólar em importância nas transações econômicas internacionais. Outra inovação foi a constituição de uma cidadania voltada a uma região, não a um Estado, que, se ainda é incipiente, não deixa de ser uma experiência única nas relações internacionais contemporâneas.

³ “O racismo e a xenofobia jamais poderão voltar a ter uma oportunidade”

⁴ Para saber mais sobre os níveis de integração, veja o glossário, termo: integração, níveis de. Cabe lembrar que a definição desses níveis considera a integração européia um paradigma, mostrando a importância e pioneirismo desse processo.

⁵ No entanto, o avanço da integração econômica deve ser visto com uma certa reserva, já que há dificuldades em integrar os novos membros, de economias menos desenvolvidas, aos demais. Além disso, alguns membros resolveram não adotar o euro: Reino Unido, Suécia e Dinamarca.

Referência

Livro:

Arcy, François d'. União Européia: Instituições, Políticas e Desafios. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Portal 50 anos UE

http://www.europa.eu/50/index_en.htm

Foreign Policy

<http://www.foreignpolicy.com>

Ver também:

28/05/2004 - [A expansão das fronteiras e das preocupações da União Européia](#)

08/04/2005 - [Referendos populares na Europa: ratificação de uma constituição européia?](#)

17/06/2005 - [União Européia: histórico](#)

13/07/2005 - [A vitória do "não" nos referendos populares francês e holandês](#)

04/08/2005 - [União Européia: estrutura institucional](#)

02/09/2005 - [Questões para o futuro próximo da União Européia: o desconto britânico e a política agrícola](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausung; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

